
**A IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO NA ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES
RURAI**

Bianca Mumic

Bacharel em Administração – Libertas - Faculdades Integradas

Karoline Aparecida Pimenta Aguiar

Bacharel em Administração – Libertas - Faculdades Integradas

Darlan Einsten do Livramento¹

Doutor em Agronomia

RESUMO

O artigo teve como objetivo estudar a importância do associativismo para pequenos produtores rurais, com ênfase no retorno obtido por estes associados, e avaliar a importância dessa estrutura para o desenvolvimento local e familiar, juntamente com seus impactos agrícolas. O objeto de estudo desse trabalho foi a Associação de Famílias de Produtores Rurais da Queimada Velha na zona rural de São Sebastião do Paraíso. Por meio da pesquisa foram coletados dados a respeito da opinião dos produtores inseridos na associação, identificando assim as formas adotadas para colocá-la em funcionamento e como os associados se beneficiam da mesma. Esse trabalho buscou também enfatizar a importância das associações e os benefícios que as mesmas geram para os produtores rurais no dia a dia de suas comercializações.

Palavras-chave: associativismo. produtores rurais. agricultura familiar.

1. INTRODUÇÃO

No cenário nacional, a agricultura vem ocupando uma posição de destaque. Com o aumento populacional contínuo, a busca por alimentos é cada vez maior e a agricultura familiar no formato associativista não só atende grande parte da população com habilidade e tradição na lida do campo, como também é a solução para o problema do crescimento populacional desenfreado.

¹ darlanlivramento@libertas.edu.br



Com o êxodo rural, algumas comunidades mais ligadas às suas raízes e sem prospecção ao crescimento foram direcionadas a agregar seus valores às alternativas locais, o que permitiu um desenvolvimento social sustentável.

A difusão do associativismo no Brasil se acentuou no ano de 1980. No determinado período, o associativismo foi incentivado pela legislação, que aclamou a liberdade de associação com o artigo 174, § 2 da Constituição Federal Brasileira que expõe:

a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”.
Determinou-se no artigo 5º, inciso XVIII, que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

O trabalho tem como problemática responder a seguinte pergunta: quais os benefícios e deveres que os produtores rurais adquirem por meio da Associação de Famílias e Produtores Rurais da Queimada Velha?

Dessa maneira, o objetivo do trabalho foi mostrar a importância do associativismo para pequenos produtores rurais com ênfase no retorno obtido pelos mesmos através da associação e avaliar a importância desta para o desenvolvimento local e familiar, juntamente com seus impactos agrícolas, enfatizando os benefícios gerados para os produtores rurais no dia a dia de suas comercializações.

Por intermédio da pesquisa qualitativa, serão coletados dados à respeito da opinião dos produtores inseridos na associação, identificando assim os métodos adotados para colocá-la em funcionamento e como os associados se beneficiam da mesma.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Associativismo e Associação

De acordo com a Cartilha do Associativismo e Cooperativismo, o associativismo é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas e de formas democráticas.

Uma associação pode ser formada por um grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender seus interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica. (Instituto Ecológica,2007 apud Cartilha do Associativismo e Cooperativismo).



O termo associação engloba vários modelos de organizações (associações, institutos, clubes, etc) que tem objetivos e finalidades distintas entre si, mas que recebem esse nome por terem características comuns e semelhantes, como a reunião de duas ou mais pessoas para a realização de objetivos coletivos. A atual legislação não determina a quantidade exata para a criação de uma associação; o patrimônio é formado pela contribuição dos associados, por doações, etc; os fins podem ser alterados pelos associados; os associados podem opinar livremente e as associações são entidade de direito privado e não público. (CARDOSO, 2014 p. 18 a 20)

O associativismo se constitui em alternativas necessárias que viabilizem as atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho para participar do mercado em melhores condições de concorrência (Cartilha do Associativismo e Cooperativismo).

De acordo com Cardoso (2014), esse tipo de organização não tem como objetivo principal a atividade econômica, e sim a defesa dos interesses de um grupo de pessoas que descobriu na união de esforços uma solução mais prospera para determinados problemas.

Por intermédio das associações, produtores que habitualmente apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho econômico, se juntam para tentar um melhor desempenho no competitivo mercado. Com essa união, o acesso dos produtores a insumos e maquinários agrícolas se torna mais fácil, não só pela divisão financeira dos dividendos, como também pelos prazos maiores e condições mais facilitadoras de pagamento.

Dessa maneira, podemos destacar os princípios do associativismo:

1. Princípio da Adesão Voluntária e Livre: As associações são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas dispostas a aceitar as responsabilidades de sócios sem discriminação social, racial, religiosa, política e de gênero
2. Princípio da Gestão Democrática pelos sócios: As associações são democráticas, controladas por seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisão, sendo os gestores eleitos pela maioria para atender a necessidade de todos.
3. Princípio da Participação Econômica dos Sócios: Os sócios contribuem de forma justa e controlam democraticamente as suas associações através da deliberação em assembleia geral.
4. Princípio da Autonomia e Interdependência: As associações podem entrar em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou



- recebimento do capital de origem externa, devem fazê-lo de forma a preservar seu controle democrático pelos sócios e manter sua autonomia.
5. Princípio da Educação, Formação e Informação: As associações devem proporcionar educação e formação. Os dirigentes eleitos devem contribuir efetivamente para o desenvolvimento da comunidade. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.
 6. Princípio da Interação: As associações atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento associativista trabalhando juntas, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
 7. Interesse pela comunidade: As associações trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país através de políticas aprovadas por seus membros (Cartilha de Associativismo e Cooperativismo - Ufersa).

Assim que se tornam claros quais os princípios de uma associação, os interessados em criar uma precisam saber o que é preciso para montá-la. Os passos a serem seguidos, segundo a cartilha Associativismo e Cooperativismo - Ufersa, são:

- 1- Identificar o interesse de organização do local ou da sociedade.
- 2- Comunicar a todos os moradores a intenção de formar uma associação.
- 3- Na primeira reunião, apresentar os objetivos da associação, problemas enfrentados e possíveis soluções, minuta de um estatuto para a associação ou indicação de pessoas que elaborem a eleição da diretoria e do conselho fiscal, tendo a seguinte estrutura:

Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Presidente Vice – Presidente Primeiro Secretário Segundo Secretário Primeiro Tesoureiro Segundo Tesoureiro	O conselho fiscal é formado por seis pessoas, sendo três titulares e três suplente.

Tabela 1: Estrutura da Associação

Fonte: Cartilha do Associativismo e Cooperativismo (s.d.) - Ufersa

- 4- Concluída a reunião, é lavrada a ata, em livro próprio, relatando todos os fatos ocorridos. Em seu final ela é assinada por todos os presentes.

5- Depois de fundada a associação, é preciso registrar a associação

2.2. Associativismo e Cooperativismo

De acordo com o Manual de capacitação tecnológica social, associativismo é uma ferramenta imprescindível para que uma comunidade saia do anonimato e adquira maior alcance social, político, financeiro e econômico. Quando as pessoas se unem em busca de melhores condições de vida para a comunidade, surge o associativismo, já a associação:

é a pessoa jurídica, registrada em cartório e constituída livremente pela união de pessoas que, tem um objetivo comum, ou seja, querem a mesma coisa (Cartilha do Agricultor Familiar – Associativismo e Cooperativismo Solidário).

A cooperativa é uma associação de pessoas que se unem voluntariamente para alcançar um objetivo em comum, por meio de uma organização administrada democraticamente, onde todos os cooperados contribuem com o mesmo valor, tem os mesmos direitos e deveres e assumem os ônus e os bônus do negócio.

De acordo com o site do SEBRAE (Cardoso, 2014), o cooperativismo tem algumas heranças do associativismo, tais como os mecanismos de mobilização das pessoas em volta da organização cooperativa; o modelo de governo cooperativo, que se estabelece a partir da eleição de dirigentes; a realização de assembleias para aprovação das contas do exercício anual anterior e renovação de dois terços do conselho fiscal; no prazo máximo de quatro anos ocorrem eleições para o conselho de administração e para o julgamento dos dirigentes pela comunidade envolvida; o duplo papel dos associados, sendo o de proprietário e de beneficiário da cooperativa. Dessa maneira, as pessoas que chefiam as cooperativas são escolhidas entre os associados.

Voltando um pouco no tempo, em 1884 uma cidadezinha na Inglaterra, chamada Rochdale, um pequeno número de trabalhadores industriais fundou uma cooperativa de consumo e a batizaram “A Sociedade dos Pioneiros Equitativos”. A sociedade começou com um capital de 28 libras financiado por um empresário do sindicato dos tecelões. Um ano mais tarde, o quadro de funcionários tinha aumentado de 28 para 74. Durante alguns anos o crescimento foi pequeno, fato que foi mudado drasticamente, quando em 1849 o RochdaleSavings Bank faliu, e seus ex – cooperados se associaram aos Pioneiros. Assim, o número de sócios subiu de 140 em 1848, para 390 no ano seguinte (Singer, 1998 *apud* Manual de capacitação tecnológica social, 2009).



No Brasil, o primeiro registro de uma cooperativa foi em 1889. O fato se deu em Minas Gerais, com o nome de “Cooperativa Econômica dos Funcionário Públicos de Ouro Preto”. Em 1902, é datado o registro da colônia alemã em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, que tinha como finalidade a ajuda mútua. Os colonos contribuíam e poderiam obter um empréstimo para os subsídios da safra e outros privilégios, como o seguro saúde. Esse empreendimento cooperativo e solidário, era voltado à inclusão dos tradicionalmente excluídos pela economia dominante, e poderiam ser trabalhadores, jovens, mulheres, afrodescendentes, agricultores e seus respectivos familiares. (Manual de capacitação tecnológica social, 2009).

Muitas pessoas pensam que associativismo e cooperativismo são a mesma coisa, mas possuem diferenças consideráveis. A Cartilha do Agricultor Familiar - PAIS enfatiza essas diferenças. A associação é uma sociedade sem fins lucrativos, que tem como objetivo a implementação e defesa dos interesses dos seus associados, bem como, incentivar a melhoria técnica, profissional e cultural dos seus integrantes. Já a cooperativa, é uma sociedade civil/comercial sem fins lucrativos, que viabiliza e desenvolve as atividades produtivas dos seus associados, armazena e comercializa, além de dar assistência técnica e educacional aos seus associados.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (2008) a cooperativa pode ser formada por no mínimo 20 pessoas, enquanto a associação é formada por no mínimo duas pessoas. O patrimônio da associação é constituído por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas, não possuindo capital social, enquanto a cooperativa possui capital social formado por quotas-partes ou pode ser substituído por doações, empréstimos e processos de capitalização.

Outra diferenciação ocorre na distribuição de resultados financeiros que nas associações não são distribuídos entre os associados sendo aplicadas na própria associação, contudo na cooperativa após assembleia geral as sobras podem ser divididas de acordo com o volume de negócios de cada cooperado com a cooperativa. Por fim, para que aconteça a dissolução de uma associação deve ser de estabelecida em assembleia geral ou por meio de intervenção judicial do Ministério Público e para que ocorra a extinção de uma cooperativa também deverá ser definida em assembleia geral ou mediante processo judicial.



2.3. Agricultura Familiar

Na última década, a agricultura familiar passou a ser vista pelo Governo brasileiro como um segmento imprescindível para o combate à fome e para garantir a segurança alimentar e nutricional.

Segundo a lei 11.326/2006 (Secretaria do agricultor familiar), o agricultor familiar é aquele que produz em até quatro módulos fiscais – tem variação entre 5 e 110 hectares, mudando de acordo com a região – utilizando predominantemente mão de obra da própria família, e tendo como principal fonte de renda as atividades rurais familiares. A legislação também é vigente para silvicultores (cuidam do desenvolvimento florestal), aquicultores (criadores de plantas ou animais aquáticos), quilombolas, extrativistas e pescadores.

Estima-se que 70% da alimentação da população brasileira seja oriunda da agricultura familiar. Assim sendo, o Governo, procurando atender as peculiaridades da agricultura familiar, aprovou linhas de crédito específicas para os mesmos, sendo que esses programas auxiliariam os produtores no cultivo, manutenção de maquinário e produtos, e colheita dos hortifrutigranjeiros. (Silva, Röder, 2013)

Com esses programas do Governo, os associados puderam desfrutar de maior tranquilidade na hora de plantar e manter suas lavouras, como também aumentar os investimentos nos produtos e maquinários utilizados. Conseguir crédito a uma taxa de juros diferenciada, é um enorme auxílio para aqueles que muito dependem de capital para manter seus negócios e os fazer prosperar.

Os estudos voltados para a gestão da agricultura familiar sustentam-se na premissa de que as técnicas gerenciais apropriadas para esse segmento contribuem para promover a sustentabilidade econômica dos empreendimentos. A gestão torna-se um importante processo na medida em que a agricultura familiar é um segmento que assume papel socioeconômico de grande importância no agronegócio brasileiro, além de contribuir para a inclusão social, razão pela qual o desenvolvimento desses empreendimentos é entendido como uma forma de tornar a sociedade justa social e economicamente. (SILVA, Röder, 2013)

A possibilidade de a agricultura familiar absorver progresso tecnológico oriunda das peculiaridades naturais do setor agrícola, os quais dirigem sua evolução técnica. O camponês observou de perto o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho evoluírem, sem que o processo sofresse mudanças. O trator veio e substituiu o cavalo, os fertilizantes químicos, a



matéria orgânica; as ferramentas e os equipamentos se modernizaram, mas sempre vão precisar da habilidade do produtor para sua boa utilização. (Guanziroli et.al.,2001,p.20-21)

A agricultura familiar foi e continua sendo, não só o sustento de muitas famílias, mas representa grande parte do PIB do país. Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar, com o constante crescimento desse segmento, a busca pelo conhecimento em gerenciar seu próprio negócio também aumentou, sendo assim, surgiram vários cursos com ênfase em empreendedorismo rural, administração de latifúndios, como contabilizar os gastos de insumos e controlar a verba destinada à compra dos mesmos. Assim, podemos observar que hoje em dia, todos prezam e anseiam pelo conhecimento.

Segundo Guanziroli (et.al.2001,p.17), a noção equivocada de que o progresso técnico na agricultura evolui de forma análoga à indústria, e que eficiência e escala andam juntas, é utilizada para justificar o acolhimento de estratégias de modernização baseadas na grande produção em relação a uma não competitiva agricultura familiar, ou seja, com as técnicas modernas existentes atualmente, o agricultor familiar é capaz de gerar uma renda líquida superior ao custo de oportunidade de seu trabalho.

De acordo com a Secretaria da Agricultura Familiar (30/04/2014), a agricultura familiar emprega mais de 3 bilhões de trabalhadores em todo mundo; mais de 4,3 milhões de estabelecimentos rurais nos territórios nacionais; ocupa mais de 80 mil hectares no Brasil; responde por 33% do PIB da agropecuária brasileira; ocupa 74% da mão de obra empregada no campo brasileiro. Além disso, as produções que se destacam são: mandioca (88,3%), feijão (68,7%), leite (56,4%), suínos (51%) e milho (47%).

2.4. Agronegócio

No Brasil, com o êxodo rural, a taxa de residentes no meio urbano ultrapassou os 31,3% em 1940 para 84,36% em 2010 (Araújo, 2012).

No âmbito mundial, estima-se que a população duplicou nos últimos cinquenta anos, indo de 3.000 milhões de pessoas em 1954, para 7,1 bilhões em 2013 (WORDOMETERS apud Araújo 2012).

Com o crescimento desenfreado da população, os produtores rurais passaram a ter que produzir cada vez mais, em decorrência disso, ficaram mais dependentes de maquinários e insumos agrícolas, para que esses possam suprir com maior rapidez as necessidades de



consumo da população. Assim sendo, a “agricultura” perdeu seu sentido, porque deixou de ser uma atividade totalmente natural ou agrícola e exclusivamente primária, e passou a ser um complexo de bens ou, serviços e infraestrutura que envolve agentes diversos e interdependentes.

Segundo MICELI (2008) o agronegócio é o conjunto das atividades que envolvem a produção agrícola desde a comercialização dos insumos, a produção agropecuária, o processo de industrialização e distribuição até chegar ao consumidor final. E considera que o setor convive continuamente com a possibilidade dos preços oscilarem de maneira contrária a seus interesses.

John Davis e Ray Goldberg (1957), definem *Agribusiness* ou Agronegócio, como sendo:

a soma de operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

Em 2009, o agronegócio movimentou no Brasil, do campo ao consumidor final, R\$764.494 milhões, correspondendo à 25,44% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (LEPEA-ESALQ/USP, 2010) e um terço dos empregos no país. De acordo com Daher (2010), a agropecuária movimenta 38,5% das exportações e emprega aproximadamente 40 milhões de pessoas. Esta informação, mostra como o setor é importante para a economia nacional.

De acordo com o IC Agro (Índice de Confiança do Agronegócio, 2014), os produtores agropecuários estão divididos em relação ao seu porte, sendo que 23,3% representam os de grande porte, 40,9% os de médio e 35,8% os pequenos. Já em relação a cultura cultivada, a soja se destaca com 28,1%, seguida pela cana com 19,1%, milho 14,6%, café 9,3%, algodão 5,9%, arroz 3,3%, laranja 3,3% e trigo 1,2 %. De todos esses produtores, 64,2% são filiados à uma cooperativa ou associação, e 35,8% não. Desses afiliados, 93,5% são do gênero masculino. Quando o assunto em questão é o tempo da família na atividade, 60,4% dos agricultores atuam no ramo há mais de trinta anos e apenas 34,3% dos pecuaristas estão na atividade pelo mesmo período de tempo.

Geralmente 90% da renda desses produtores é oriunda das atividades no campo, e uma pequena parte dos agricultores tem seus filhos trabalhando na lida e participando do dia a dia da propriedade.



Em relação à produção comercializada via cooperativa e/ou associação, o produtor agrícola cooperado/associado utiliza esse canal em 43,8% das suas transações, e o produtor agrícola cooperado/associado do Rio Grande do Sul em 73,4%

A partir dessas informações, percebe-se o quão importante é o agronegócio para o cenário nacional e mundial. Movimenta não só grande parte das negociações, como também gera emprego e renda para muitas famílias no Brasil.

3. METODOLOGIA

Os métodos de pesquisa utilizadas neste artigo, com o objetivo de obter os dados de campo, se dará através de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e entrevista.

Segundo Lakatos (2010) a pesquisa bibliográfica tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito e publicado sobre o assunto pesquisado. Por meio deste método foi realizada pesquisa em livros e artigos já publicados sobre associativismo em um contexto geral como também o associativismo rural e cooperativismo. A pesquisa de campo vai além da coleta de dados, ela contribuiu no entendimento da problemática de pesquisa bem como as referências já existentes sobre o assunto e auxiliou na decisão dos métodos e técnicas utilizadas para coleta dos dados e sua análise.

No presente artigo a pesquisa foi feita por meio de estudo de caso na Associação de Famílias de Produtores Rurais da Queimada Velha na zona rural de São Sebastião do Paraíso.

Por fim aconteceu uma entrevista utilizando um formulário semiestruturado com a presidente da Associação e também com nove de seus associados. Ocorreu através de uma conversa face a face com o entrevistado registrando com fidelidade as informações e opiniões por ele apresentadas. Obtendo desta forma uma maior fonte de dados não encontrados em fontes documentais e que são de grande importância.

4. RESULTADOS

4.1. Estudo de Caso

A Associação de Famílias de Produtores Rurais da Queimada Velhasurgiu há aproximadamente treze anos, fundada por Henrique Matheus tinha como objetivo a união das



famílias que moravam na comunidade rural. Na época, contou com a ajuda da Prefeitura Municipal que cedeu um trator e maquinários agrícolas para uso e benefício dos associados. Havia também uma contribuição anual de R\$50,00. Atualmente não existe mais esta contribuição.

Henrique Matheus presidiu a associação por cinco anos (2002 à 2007), tendo aproximadamente sessenta associados, na sua gestão. No início as reuniões aconteciam mensalmente e os temas constantemente abordados estavam relacionados às reivindicações de melhoria nas estradas, na água, energia elétrica e melhorias na escola municipal rural presente no bairro.

Embora a ideia de construir uma associação fosse extremamente benéfica para as famílias, segundo Henrique, a maior dificuldade encontrada foi convencer as pessoas de que a mesma traria benefícios para seus associados, pois os produtores tinham receio em utilizar os equipamentos e maquinários e ocorrer algum tipo de incidente. Aos poucos toda a comunidade se mobilizou para colocar em prática a associação e usufruir dos benefícios por ela oferecidos.

Muitas e burocráticas são as etapas para se iniciar uma associação, dentre as quais Henrique destaca a documentação como sendo a mais difícil. No período de fundação contou somente com o apoio da Prefeitura Municipal juntamente com a Emater - MG para orientação e organização dos documentos necessários.

Os implementos que a associação dispunha no princípio eram: trator, grade aradoura, colheitadeira de milho, lâmina niveladora e broca adquirida por meio de doações. A pá carregadeira foi adquirida com recursos próprios. Como uma forma de "manter" os bens era cobrada uma taxa de R\$75,00 / hora para custear o combustível e mão de obra do motorista na utilização do trator.

Atualmente a direção da Associação de Famílias e Produtores Rurais da Queimada Velha é realizada por Aparecida Reis Nunes de Sá, casada, agricultora, residente na cidade de São Sebastião do Paraíso. Era tesoureira na associação e se candidatou à presidência após o afastamento do antigo presidente, assumindo a presidência no ano de 2011.

A associação não possui sede própria diante disso as reuniões acontecem nas instalações Secretaria da Agricultura da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, com uma frequência de três vezes ao ano, onde aproximadamente 60% dos associados participam.



As culturas praticadas pelos agricultores são: verduras e legumes em geral, figo, banana, pêssego, morango e mandioca. Alguns produtores enviam legumes, verduras e frutas para as escolas municipais e estaduais através do programa PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, outros comercializam para a rede *Walmart* de Passos, Ribeirão Preto e Franca, e diversos encaminham para rede de supermercados.

Os produtores vendem seus produtos para a associação que por sua vez vende para as escolas e/ou rede de supermercados. Em determinado dia do mês os compradores pagam diretamente para a associação que repassa os valores para cada produtor. O pagamento é realizado somente por meio de cheque e é entregue pelo escritório de contabilidade responsável por todo controle e emissão das Notas Fiscais Eletrônicas. Sobre a venda destes produtos a associação recebe 5% do valor de cada nota fiscal emitida.

O Estatuto da Associação é registrado em cartório e está depositado também no escritório de contabilidade. A diretoria e associados tem acesso controlado ao mesmo, tendo que assinar um termo quando fazem a retirada do mesmo para consulta.

4.2. Análise dos Resultados

Com o objetivo de entender mais sobre a dinâmica da associação e também corroborar para o alcance dos objetivos do trabalho foram entrevistados nove associados, dentre eles Henrique Matheus (fundador da associação) e Aparecida Reis Nunes de Sá (atual presidente). A análise dos resultados apresentou que dentre os entrevistados, 77,7% não residem na zona rural e moram no município de São Sebastião do Paraíso, e apenas 22,23% residem na comunidade, mais precisamente no bairro rural. Dos sete produtores entrevistados, 71,42% mantêm vínculo com a associação desde que a mesma foi criada, 14,28% soube através do irmão e 14,28% por meio de indicação de produtores mencionando os benefícios do Projeto PNAE.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, implantado em 1955, ajuda os associados a colocarem seus produtos no mercado e contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis oriundos da oferta de alimentação escolar. O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) transmite recursos, em até dez parcelas mensais,



para as prefeituras municipais, secretarias de educação dos Estados e do Distrito Federal, creches, pré-escolas e escolas federais. Os proventos recebidos apenas podem ser utilizados na compra de gêneros alimentícios para a merenda escolar. Sendo assim, o Governo Federal (por meio do FNDE) transmite a verba da merenda, e as entidades executoras, como prefeitura, por exemplo, recebem o dinheiro, compram os itens da merenda e prestam contas ao Conselho de Alimentação Escolar – CAE. (Cartilha para conselheiros do Programa Nacional da Alimentação Escolar, 2010, p.6-7).

Segundo os entrevistados, os benefícios adquiridos através da associação são muitos, dentre eles a utilização de maquinários e implementos agrícolas, emissão de notas fiscais por intermédio da associação e venda das culturas produzidas para o projeto PNAE.

Quando questionados a respeito da maneira que obtinham lucros e melhores condições mediante a associação, responderam que os serviços prestados, os maquinários e implementos concedidos auxiliam de sobremaneira, bem como a emissão de notas fiscais, mas ressaltam a falta de união entre os produtores.

Em relação às melhorias a serem feitas, os associados sugerem a compra de novos implementos para atender as diversas culturas praticadas na região, união da comunidade para que juntos possam reivindicar melhorias, assistência de um agrônomo que auxilie os produtores, uma colheitadeira de café e propõe reembolso das despesas que os dirigentes têm ao desempenhar seus cargos.

Muitas das melhorias almejadas pelos produtores são citadas no aspecto da não concordância em determinados fatos, como por exemplo a falta de comunicação entre os produtores, a não prestação de contas, a pouca quantidade de reuniões anuais, como também a falha de comunicação e falta de assistência técnica especializada, o que é sentida pela maioria dos produtores entrevistados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a construção do presente artigo tornou-se possível conhecer como é o funcionamento na prática da Associação de Famílias e Produtores Rurais da Queimada Velha.

Observou-se que grande parte dos pequenos produtores rurais encontram dificuldades na comercialização de seus produtos no meio urbano e encontram nos incentivos e meios que a associação lhes oferecem, oportunidades para se desenvolverem e competirem no mercado.



O governo disponibiliza programas, como o PNAE, por exemplo para que produtores, por intermédio da Associação consigam inserir-se no mercado de alimentos e possam fornecer uma alimentação saudável para crianças, adolescente e adultos que frequentam creches, pré-escolas, escolas e escolas federais.

A partir da união de produtores em prol de um único ideal percebe-se uma alavancagem na produção individual de cada agricultor e maiores conquistas para a própria comunidade.

A Associação atua como mediadora na organização destes produtores rurais, auxiliando para que tenham mais força ao reivindicar ações junto ao poder público.

Apesar da organização dos produtores, há ainda conflitos e necessidades que não foram plenamente atendidas.

Foram constatadas algumas medidas para o melhor funcionamento da Associação de Famílias e Produtores Rurais da Queimada Velha, e as mais evidentes foram o desejo de maior frequência no número de reuniões feitas entre diretores e associados e o desejo de uma maior prestação de contas, para que se possa acompanhar melhor as receitas e os dividendos da Associação.

Sucedeu-se pesquisas em diversas literaturas para o melhor entendimento do andamento da associação, sendo necessário a inserção em alguns outros temas diretamente relacionados, como o Cooperativismo, Agricultura Familiar, Associação e Agronegócio.

Com o término da pesquisa, surgiram inquietações acerca do vínculo entre Associação – *Walmart*. Por esta ser uma grande empresa multinacional, a curiosidade se sobressaiu quando a questão abordada é em relação a uma pequena Associação de produtores se inserir em um cenário de grande porte e de grande participação no mercado como é o caso dessa grande loja de departamentos. Sendo assim, o desejo de saber como funciona essa relação, como são escolhidos os produtores da Associação que irão fornecer os hortifrutigranjeiros e como as partes são beneficiadas por esse vínculo é intrigante.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Inácia Girlene. **Associativismo e Cooperativismo**. [S.L.: s.n] Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Cartilha%20de%20Associativismo%20e%20Cooperativismo.PET-PROEX.pdf>>. Acessado em 01 de dezembro 2014.



ARAUJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CARDOSO, UnivaldoCoelho.Associação./Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lucia Nogueira Carneiro, Edna Rabêlo Quirino Rodrigues. Brasília: Sebrae, 2014.

DÖRR,Cristina Andrea, GUSE Carla Jaqueline e FREITAS Rossi Antonio. **Agronegócios: desafios e oportunidades da nova economia**. 1ª ed. Curitiba:Appris, 2013.

Fundação Banco do Brasil. Produção Agropecuária Integrada Sustentável - **Cartilha do Agricultor familiar: Associativismo e Cooperativismo Solidário**. [S.L.: s.d.] Disponível em: < <http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/pais/cartilha2.pdf> > . Acesso em 08 de janeiro 2015.

GUARINZOLI, Carlos E. et.al.: **Agricultura e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond,2001.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MICELI, Motta Wilson. **Derivativos de Agronegócios**. 1ª ed. São Paulo: Saint Paul Editora Ltda, 2008.

O que o cooperativismo herdou do associativismo? Associação Brasileira de Bares e Restaurantes.Disponível

em:<http://arquivopdf.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/temas-relacionados/associativismo-e-cooperativismo/integra_bia/ident_unico/5172. Acessado em 14 de junho de 2015 às 21:35.

Perfil do Produtor Agropecuário. Disponível em: <https://hotsite.fiesp.com.br/icagro-homologacao/estudo/2014.8.21_Perfil_Produtos.pdf. Acessado em: 05 de maio de 2015 às 22:37.

RODER, Elisângela dos Santos Faustino.Agricultura Familiar e as Tesesde Doutorado no Brasil. Campinas: **RevistaTransInformação**, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010337862013000200002&lang=pt>.Acessado em 13 de novembro 2014.



Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em <<https://www.pt.org.br/blog-secretarias/agricultura-familiar-garante-alimentos-e-renda-em-todo-o-mundo/>>. Acessado em 08 de abril de 2015 às 21:29.

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Associativismo/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília: 2ª Edição, 2008.

Tribunal de Contas da União. **Cartilha para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** Brasília: 5ª Edição, TCU, 2010.



APÊNDICE -A

ENTREVISTA COM PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO

Nome: _____ Gênero: _____
Idade: _____ Estado Civil: _____
Ramo de atividade em que atua: _____ Escolaridade: _____

1. Reside na Queimada Velha? Se sim, há quanto tempo? Com quantas pessoas reside?
2. Com qual frequência vai à Associação?
3. Como se tornou presidente da Associação?
4. De quanto em quanto tempo são realizadas as reuniões?
5. Todos os associados participam das reuniões?
6. Há quanto tempo está à frente da Associação?
7. Como e quais são as contribuições que a Associação recebe?
8. O CNPJ da Associação pode ser utilizado por todos os associados?
9. Como funciona a emissão de Notas Fiscais em nome da Associação?
10. Quais maquinários a associação possui? Somente os associados podem utilizá-los?
11. Como estes maquinários são adquiridos?
12. Qual o destino dos produtos comercializados através da Associação?

APÊNDICE -B

ENTREVISTA COM HENRIQUE MATHEUS (FUNDADOR ASSOCIAÇÃO)

Nome: _____ Gênero: _____
Idade: _____ Estado Civil: _____
Ramo de atividade em que atua: _____ Escolaridade: _____

- 1) Quando fundou a Associação? Porque/ Qual motivo levou para montar a Associação?
- 2) Quais as dificuldades encontradas?
- 3) Qual foi a etapa mais difícil para iniciar a Associação?



- 4) Quanto tempo ficou à frente da Associação?
- 5) Qual a origem dos recursos para compra dos implementos?
- 6) Alguém o auxiliou?
- 7) Quantos associados tinham no início?
- 8) Qual frequência de reuniões eram feitas? Se recorda o tema constantemente abordado?
- 9) Atualmente usufrui da Associação? Se sim, quais benefícios lhe oferece?

APÊNDICE - C

ENTREVISTA ASSOCIADOS

Nome:

Gênero:

Idade:

Estado Civil:

Ramo de atividade em que atua:

Escolaridade:

1. Reside na Queimada Velha? Se sim, há quanto tempo? Com quantas pessoas reside?
2. Como teve contato/descobriu a Associação?
3. Quais os benefícios que a Associação lhe oferece?
4. Exerce alguma outra atividade além da atividade agrícola?
5. Utiliza os maquinários da Associação? Quais?
6. Em sua opinião, a Associação funciona e proporciona lucro e melhores condições para os associados? De que maneira?
7. Existe alguma contribuição mensal?
8. Participa das reuniões? Com que frequência?
9. Como seria sua atividade sem a Associação?
10. O que pode ser melhorado?
11. Em sua opinião o que não está de acordo?

